



Leituras Inglesas no Brasil oitocentista¹

Profa. Dra. Sandra Guardini T. Vasconcelos
Universidade de São Paulo

Resumo:

Não há quem conteste a forte presença da literatura francesa no Brasil do século XIX. Entretanto, nem só de civilização francesa viveu o país naquele período. Pacotilhas de "novelas" inglesas também aportaram em terras fluminenses no primeiro terço do século XIX e, encontrando um novo circuito de circulação formado pelas várias livrarias que se foram abrindo e pelos gabinetes de leitura e bibliotecas que se foram fundando, chegaram às mãos do público leitor. O objetivo dessa comunicação é apontar quais foram alguns desses romances, discutir a circulação dessas leituras inglesas no Brasil e estabelecer algumas aproximações entre o romance inglês setecentista e a formação do romance brasileiro.

Palavras-chave: romance inglês; difusão do romance; ficção brasileira.

Se o Brasil colônia não era um deserto absoluto em termos de leitura, como o demonstrou Márcia Abreu¹, foi efetivamente depois da vinda da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, que se intensificou a circulação de livros na futura sede do Império português. Em grande parte, foram os livreiros e os gabinetes de leitura que começaram a se instalar na Corte os principais responsáveis pela difusão e circulação, em terras brasileiras, de romances estrangeiros e exerceram um papel tão importante quanto seus sucedâneos na França e na Inglaterra como formadores e mediadores do gosto. Enquanto na década de 1820 as boticas anexas aos jornais funcionavam como locais de aluguel e venda de livros, a partir da década de 1830 fundaram-se bibliotecas e gabinetes de leitura à maneira dos ingleses e franceses, isto é, enquanto empreendimentos comerciais responsáveis por colocar em circulação aqui na província os encalhes mandados da metrópole. Surgiram dessa maneira a Gessellschaft Germânia (Sociedade Germânia), em 1821, a Rio de Janeiro British Subscription Library, em

¹ Através de um exame rigoroso da documentação da Mesa do Desembargo do Paço, Márcia Abreu comprovou a remessa de “1328 livros de Belas Letras equivalentes a 519 títulos diferentes” de Portugal para o Brasil no período entre 1769 e 1807, trazendo à luz o que chamou de “Best-sellers coloniais”. Ver Abreu, Márcia. “Best-sellers coloniais” (cópia impressa cedida pela autora, sem dados bibliográficos).

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



1826, o Real Gabinete Português de Leitura, em maio de 1837, e a Biblioteca Fluminense, em 1847, que iriam atuar como importantes espaços de leitura e empréstimo de livros durante todo o período de formação do romance brasileiro².

O mercado livreiro, por sua vez, embora incipiente, se constituiu como o outro mecanismo central na disponibilização de obras de ficção, mostrando-se bastante atualizado em relação ao que fazia sucesso e era consagrado na Europa. Anunciando sua mercadoria nos jornais da Corte, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*, ou através de catálogos, os livreiros ofereciam aos presumíveis leitores um cardápio sortido e diferenciado. Havia todo tipo de gênero, naturalmente, mas como o que nos interessa aqui é especificamente o romance, vamos encontrando, na consulta a esses anúncios e catálogos, um bom suprimento de leitura: da Espanha, chegaram *Lazarillo de Tormes*, *Guzman de Alfarache*, *Dom Quixote* e nada mais; Portugal contribuiu com Garrett, Camillo Castelo Branco, Herculano, muita poesia, mas sobretudo muita tradução; mas são França e Inglaterra que surgem como fontes primordiais de títulos. Como era de se esperar, confirma-se a já conhecida oferta avassaladora de romances franceses. A variedade é grande e o leque de opções, quase completo: Montepin, O. Feuillet, Paul de Kock, E. Sue, A. Dumas (pai e filho), Féval, Chateaubriand, Mme de Genlis, Prevost, Marivaux, Pigault-Lebrun, Victor Hugo, Visconde d'Arincourt, Mme de Cotin, Balzac, Bernardin de Saint-Pierre, Marmontel, Voltaire, Baculard D'Arnaud, Montolieu. A novidade é que os romances ingleses (no original ou traduzidos do francês) ocupam um espaço tão proeminente quanto os franceses, em termos de quantidade mas também de diversidade.

A seção “Loja da Gazeta”, onde a *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808 a 22 de junho de 1822) publicou, ao longo de todos aqueles anos, listas de obras disponíveis principalmente na loja de Paulo Martin Filho³, comprova a oferta regular de obras estrangeiras ao público leitor do Rio de Janeiro. Seus avisos anunciavam inúmeras “moderníssimas e divertidas novellas” de autoria anônima, velhos conhecidos como

² Ver a esse respeito o trabalho de Nelson Schapochnik, *Os Jardins das Delícias: Gabinetes Literários, Bibliotecas e Figurações da Leitura na Corte Imperial*. São Paulo, 1999. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

³ Mercador de livros estabelecido à Rua da Quitanda, n. 34.

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Diabo Coxo, de Lesage, *Paulo e Virgínia* e *A Choupana Índia* de Bernardin de Saint-Pierre, *Mil e Huma (sic) Noites*, o *Atala*, ou *Amores de Dois Selvagens*, de Chateaubriand, o *Belizario*, de Marmontel, e, que é o que nos interessa aqui, ficção inglesa: *Luiza, ou o cazal [sic] no bosque*, de Mrs. Helme (21 de setembro de 1816), *Viagens de Guliver*, de Jonathan Swift (15 de março de 1817), *Vida e Aventuras admiráveis de Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (9 de abril de 1817), *Tom Jones, ou O Engeitado [sic]*, de Henry Fielding (10 de maio de 1817), *Vida de Arnaldo Zulig*, de autor anônimo (4 de julho de 1818), complemento da *Historia da infeliz Clarissa Harlowe* em 8 volumes, de Samuel Richardson (8 de março de 1820). Já em 1801 Paulo Martin andara fazendo um pedido de remessa de romances ingleses (*Aventuras de Robinson Crusoe*, de Defoe, *Histoire de Clarisse* e *Histoire de Grandisson [sic]*, de Richardson)⁴, mas as pacotilhas de "novelas" inglesas começaram mesmo a aportar em maior número e variedade no Rio de Janeiro no primeiro terço do século, mantendo um fluxo constante ao longo de todo o século XIX e permanecendo nos catálogos das bibliotecas e gabinetes e, certamente, em suas estantes durante todo o período.

Os romances ingleses no original constam principalmente dos catálogos da Rio de Janeiro Subscription Library, destinada à comunidade britânica residente na capital, mas aparecem também nos catálogos da Biblioteca Fluminense e no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Na maior parte, as edições já são traduzidas para o português, em geral a partir de versões francesas. Não é de se estranhar que isso assim se dê, já que as histórias do romance inglês do século XVIII apontam a França como o principal destino e mercado estrangeiro para a produção novelística inglesa da época. É preciso não esquecer que os romances se tornaram um grande negócio nesse período e eram tratados como uma mercadoria qualquer, que devia trazer lucro àqueles que com ela comerciavam. Com certeza, o excedente das edições destinadas aos gabinetes de leitura franceses, as obras encalhadas e os sucessos já traduzidos para o português acabavam tendo Lisboa e o Rio de Janeiro como destino. Há que se considerar também que, segundo Laurence Hallewell, havia no Brasil "uma receptividade excepcional aos

⁴ Ver Márcia Abreu, *op. cit.*, p. 2.

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



adornos da cultura francesa", o que pode explicar o "traduzido do francês" como um chamariz que facilitava o aluguel e venda desses livros.

Há, entre as obras que chegaram ao Brasil, representantes de todos os tipos de romance correntes na Inglaterra no século XVIII. Temos, por exemplo, o romance doméstico e sentimental de Samuel Richardson, o gótico de Horace Walpole e Ann Radcliffe, o romance de costumes de Henry Fielding e de Fanny Burney, o romance de doutrina de William Godwin, a fantasia oriental de *Rasselas*, de Samuel Johnson, e *Vathek*, de William Beckford. Sem falar no romance histórico de Walter Scott, presença constante em todos os catálogos. De modo geral, é possível concluir que nossos primeiros ficcionistas tiveram à sua disposição uma ampla e variada gama de sugestões de temas e formas, nas quais se inspirar.

Além das obras dos fundadores do romance inglês – Defoe, Richardson, Fielding, Smollett e Sterne – publicadas entre 1719 e 1760, parte substancial da produção novelística que chegou ao Brasil nessas primeiras décadas cobre o período que vai de 1770 a 1820. Isso coincide com a fase de consolidação do gênero na Inglaterra, o que não significa necessariamente garantia de valor literário. Muitas das obras que aportaram por aqui faziam parte da "biblioteca" popular, que, repetindo velhas fórmulas conhecidas, não trazia grandes avanços do ponto de vista formal. Em meio a produções anônimas ou de qualidade literária discutível, que se destinavam exclusivamente a alimentar o mercado de novelas e a atender à demanda do público leitor na Inglaterra e, certamente, na França, também aportaram por aqui nomes bastante conhecidos e lidos na Inglaterra durante o século XVIII: Fanny Burney, Mrs. Inchbald, Sophia Lee, Ann Radcliffe, e aquelas "descobertas" por Marlyse Meyer – Elizabeth Helme, autora de *Sinclair das Ilhas* e Regina-Maria Roche, autora de *Amanda e Oscar*. Traduz-se portanto em dados concretos a afirmação de Antonio Cândido, em *Formação da Literatura Brasileira*, de que "os livros traduzidos pertenciam, na maior parte, ao que se considera literatura de carregação; mas eram novidades prezadas, muitas vezes, tanto quanto as obras de valor."⁵

⁵ Antonio Cândido. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. 4ª ed. São Paulo, Martins, s.d. 2 vols.

¹ Trabalho apresentado no NP04 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



O apreço e interesse dos leitores não são uma suposição descabida se se considera a permanência desses autores em catálogo. E à medida que o século avança, aos romancistas referidos acima vêm se somar outros nomes, igualmente recorrentes, como Charles Dickens, W.H. Ainsworth, Miss M.E. Braddon, Wilkie Collins, Georgiana Fullerton, Mayne-Reyde e o Capitão Marryat. Trata-se, na verdade, de um conjunto de autores de grande sucesso na Inglaterra, lançados ou relançados em edições baratas publicadas nas primeiras décadas do século XIX e que também vieram compor o acervo dos gabinetes de leitura da capital do Império.

A história do acesso da burguesia à cultura letrada, no século XVIII, e, posteriormente, da classe operária ao mundo da ficção, no século XIX inglês se fizera graças à formação de um circuito de que participaram livreiros, bibliotecas circulantes e edições cada vez mais acessíveis, colocando o livro ao alcance de um número cada vez maior de pessoas. Esses circuitos letrados foram fundamentais na formação do leitor médio. Concorreram para isso coleções como a Routledge's Railway Library, a Bentley's Standard Novels (3 séries), a The Parlour Library (com 279 títulos publicados entre 1847 e 1863) e a Routledge's Standard Novels, que reuniam romances tanto do século XVIII como do século XIX, como por exemplo *Caleb Williams*, *Thaddeus of Warsaw*, *Frankenstein*, *Hungarian Brothers*, *Otranto*, *Vathek*, *St. Leon*. A Bentley's Standard Novels, cuja primeira série tinha 126 volumes, representou um notável avanço no processo de democratização de leitura, graças às suas edições baratas de romances conhecidos.

Michael Sadleir afirma que "(...) quando eles [os editores] lançaram a série [Bentley's Standard Novels] não a planejaram deliberadamente como uma série barata de ficção popular contemporânea, mas sim como uma tentativa de registrar a fama permanente de certos romances escritos desde o grande período do romance do século XVIII, que, entretanto, não haviam sido republicados adequadamente até o momento, de forma barata e acessível"⁶. Entretanto, o fato é que essas coleções contribuíram

⁶ No original: "In other words, when they [the editors] launched the series they did not deliberately foresee it as a cheap-edition series of current popular fiction, but rather as an attempt to register the permanent fame of certain novels written since the great period of eighteenth-century novel-writing, but 1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



decisivamente para a disponibilização de obras de ficção a um contingente cada vez mais substantivo de leitores. Público para isso havia, já que a classe operária havia começado a ganhar acesso à educação formal na Inglaterra oitocentista.

Iniciada em 1831, com 126 volumes, a coleção da Bentley's Standard Novels só se encerrou em 1862, constituindo-se, ainda de acordo com Sadleir", "num marco da história da publicação de edições baratas". Em 1849, a Routledge lançava a sua prolífica, bem-sucedida e longeva Railway Library que, sem qualquer pretensão de ater-se a textos significativos, tinha como objetivo publicar ficção popular a preços populares. Acrescente-se ainda a Smith, Elder's Library of Romance, formada por ficção completamente original e especializada, como o próprio título da coleção indica, em romanesco. Muitos desses livros aqui chegaram ainda em suas edições originais, não traduzidas, como é o caso de Marryat, W.H. Ainsworth e G.P.R. James (dignos representantes da Railway Library), dos anônimos *The Disinherited and The Ensnared e The Mascarenhas*, da Smith, Elder & Co. Outros, chegaram em tradução, vindos de Lisboa, Paris, Bruxelas ou Leipzig, como é o caso de M. Banim, M.E. Braddon, Wilkie Collins, e outros.

A aposta na edição ou reedição em coleções baratas dos romances favoritos do público (entre os 279 títulos da The Parlour Library, por exemplo, se reeditaram romancistas como Gaskell, Austen, Inchbald, Anne Brontë, Porter, etc.) rendeu vendas que nos deixam espantados, mesmo dentro dos padrões dos dias de hoje: *Guy Mannering*, de Scott, vendeu 2.000 cópias no dia seguinte ao de sua publicação; *Rob Roy*, também de Scott, vendeu 10.000 numa quinzena; *Pickwick Papers*, de Dickens, vendeu um total de 800.000 exemplares até 1879; *A Christmas Carol*, também de Dickens, vendeu 16.000 só no dia de sua publicação. São números que impressionam não só como indicadores de verdadeiros fenômenos editoriais – os *best-sellers* do século XIX – mas também porque são prova concreta da existência de um círculo cada vez maior de leitores e de um processo inegável de democratização do acesso ao livro.

not hitherto fittingly reprinted in handy and cheap form". Sadleir, Michael. *XIX-Century Fiction. A bibliographical record based on his own collection*, vol. 2, p. 94. Tradução minha.

1 Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



As edições baratas não se restringiram aos romances do século XVIII ou aos escritores mais consagrados como Scott e Dickens. Aos poucos, elas deram lugar à produção de novos tipos de ficção para atender à mudança de gosto dos leitores das classes mais baixas. Os velhos romances reeditados haviam prestado um bom serviço mas decerto devem ter começado a parecer fora de moda aos novos leitores citadinos – sua linguagem era destoante e soava antiquada, a vida que retratavam parecia estranha e era necessário um estilo mais contemporâneo, mais próximo e adequado aos novos tempos.

Decorrente da industrialização e da migração do campo para a cidade, a formação de uma nova cultura urbana, se deu início a uma era de ficção de massa, nas décadas de 1840 e 1850, confirmou no gosto popular os nomes de Ann Radcliffe, cuja influência na ficção popular foi enorme, e de Walter Scott, cujo *Ivanhoe* foi onipresente e gozou de uma popularidade que atravessou o século. As *penny-issue novels*⁷, embora tenham elegido outros temas e interesses, mais afeitos a essa cultura urbana, fundiram o gótico e o histórico e imitaram exaustivamente esses modelos. Segundo Louis James⁸, *The Pickwick Papers* (1836-7) de Dickens foi o livro mais plagiado de seu tempo. As *penny-issue novels* estão fora do escopo dessa discussão, mas o que interessa ressaltar aqui é que, com frequência, foram as edições baratas dos romances populares na Inglaterra que chegaram ao Rio de Janeiro.

De alguns desses autores, o Catálogo do Gabinete Português de Leitura registra, em sua edição de 1906-07, uma série de obras que compuseram a Railway Library, publicada pela Routledge. A oferta desses títulos no Rio de Janeiro indica uma diminuição cada vez mais sensível na defasagem entre o que se publicava na Europa e o que chegava ao Brasil, graças, em muitíssimos casos, à intermediação de Portugal que, através de suas traduções, passa a ter um papel cada vez mais preponderante na circulação de ficção no Brasil.

A falta de informação que em geral caracteriza a documentação dos gabinetes de leitura impede que se tenha uma noção de quem eram e quantos foram os leitores que

⁷ Romances publicados em série ao preço de um *penny* (moeda inglesa).

⁸ James, Louis. *Fiction for the working man, 1830-1850*. London, Penguin, 1974.

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



puderam ter acesso a essas e outras obras. No entanto, ainda que o número de alfabetizados fosse restrito, é preciso lembrar o hábito de leitura em voz alta no serão doméstico e somar o 'círculo de ouvintes' ao contingente daqueles que puderam, eventualmente, aproveitar a circulação desses livros no país, aqui incluídas as mulheres brasileiras, cuja falta de instrução foi fartamente observada e documentada pelos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil. O testemunho da viajante inglesa Maria Graham, no entanto, contradiz essa versão e atesta a existência de algumas mulheres (mesmo que poucas) que eram leitoras habituais inclusive de filosofia e política, como é o caso de uma certa Dona Maria Clara. Da mesma forma, o lançamento de *O Espelho Diamantino*, por Pierre Plancher, em 1827, que tinha "por especial destino promover a instrução e o entretenimento do bello sexo desta Corte", é prova de que havia um público leitor feminino. Penso ser necessário, portanto, contestar a visão a respeito do analfabetismo das mulheres e relativizar sua abrangência, uma vez que, segundo Delso Renault, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava, já em 1813, anúncio da instalação dos primeiros colégios leigos para meninas internas, como o de "D. Catharina Jacob"⁹. A frequência e regularidade desses anúncios informando a abertura de escolas para moças, com ensino de trabalhos manuais, línguas, dança e música fazem crer na existência de uma clientela para os serviços oferecidos por elas. É bem verdade que o nível de instrução talvez deixasse a desejar, pois muitas alunas pareciam abandonar os estudos antes de sua conclusão, mas o fato é que as advertências aos perigos da leitura de ficção, principalmente para as mocinhas, é um indicador claro de que havia público leitor também feminino para essas obras que chegavam sem parar pelos vapores europeus.

Embora tivessem na "instrução e recreio" seus principais propósitos, essas obras também encontraram em terras brasileiras as habituais resistências que sofreram em território europeu. Ainda em 1895, vemos Júlia Lopes de Almeida, em seu *Livro das Noivas*, deblaterar contra as "novelas prejudiciais, insalubres, recheadas de aventuras românticas e de heróis perigosos" (p. 36), um ramerrão ainda ativo depois de atravessar todo o século XVIII inglês e francês e o século XIX brasileiro.

⁹ Renault, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais, 1808-1850*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 19.

¹ Trabalho apresentado no NPO4 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



É evidente que advertências, como essa, aos perigos ocultos nas histórias de heroínas românticas e sofredoras e heróis sedutores e corajosos não visavam apenas aos romances importados da Europa mas tinham como alvo também a produção nacional, que, desde a fundação do *Jornal do Commercio* em 1827 e com a proliferação das revistas literárias, já dava mostras de alguma vitalidade. Tendo grande parte desses periódicos o intuito de educar e divertir o(a) leitor(a), reativando a máxima horaciana do *utile et dulci*, nem assim escaparam à crítica de muitos e à exigência de que imperasse a virtude e se evitassem os malefícios da leitura de novelas. Ressoa aqui, na incipiente literatura brasileira, o coro de parte da crítica setecentista inglesa e francesa que via no romance um elemento desagregador dos firmes princípios morais e preferia vociferar contra seus praticantes, em defesa da moralidade pública.

A preocupação é compreensível, se se considera o apelo e o convite que os romances fazem à imaginação do leitor, franqueando-lhe o acesso a um mundo imaginário que foge ao controle de pais e educadores. Por outro lado, sua liberdade formal e sua “zona de contato” com a realidade próxima, cotidiana e contemporânea lhe permitiam um tratamento de temas de grande interesse para os homens e mulheres comuns, aumentando seu poder de sedução e tirando, segundo muitos acreditavam à época, os jovens das tarefas sérias.

Muitos foram os caminhos percorridos pelo novo gênero na Inglaterra. A fusão entre gótico e histórico realizada, por exemplo, por Sophia Lee e W.H. Ainsworth, ou a mistura entre romance sentimental e gótico operada, por exemplo, por Ann Radcliffe, Mrs. Meeke e Elizabeth Helme ofereceram sugestões importantes de possibilidades e alternativas. Constituíram ainda, do meu ponto de vista, as principais contribuições dos romances que aqui aportaram para os precursores da ficção brasileira. De forma diluída, apresentando uma certa fissura entre as sugestões temáticas européias e o desenho de uma paisagem brasileira, esses primeiros tateios no terreno da ficção, por parte de homens como Pereira da Silva, Justiniano José da Rocha, e outros, deveram muitíssimo a esses modelos europeus que chegaram até o Rio de Janeiro.

Nesse processo, o papel da tradução foi essencial. Desde seu território de origem, esses romances foram sofrendo intervenções pelos seus tradutores. Sem as



restrições impostas pela noção de autoria e direitos autorais, o trabalho do tradutor poderia ser melhor descrito como uma tradução cultural, em que certos traços vistos como pouco aceitáveis pelo público-alvo – tanto no plano da linguagem como dos episódios propriamente ditos – podiam ser livremente alterados ou mutilados para adaptar o romance ao gosto e à cultura do país receptor. As traduções não tinham qualquer obrigação de fidelidade. Dessa forma, Prévost se sentiu livre para introduzir cortes e modificações em *Pamela*, de Richardson, ao transpô-lo para o francês em 1742, ou para reduzir a extensão de *Clarissa*, cortando detalhes que julgou aborrecidos ou cenas que considerou chocantes. A mão mais pesada dos ingleses e a moralidade mais acentuada de seus romances foram, dessa forma, atenuadas pela intervenção dos tradutores, num processo de afrancesamento, comum até o final do século. No Brasil, a mediação francesa certamente assegurou a aceitação dos produtos culturais ingleses, dada a aura de sofisticação e civilização que envolvia a França.

Igualmente importante foi a mediação portuguesa. Gonçalves Rodrigues¹⁰ dá notícia de traduções de romances franceses em Portugal, apontando Fénelon, Marmontel e Baculard d'Arnaud como os primeiros. O primeiro romance inglês a ser traduzido em Portugal foi *Robinson Crusoe: Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusoe*, que contém a sua tornada à sua Ilha, as suas novas viagens e as suas reflexões, publicado pela Tipografia Rollandiana de Lisboa em 1785, com tradução do francês por Henrique Leitão de Souza Mascarenhas. Em 1790, traduziu-se *Pamela*, de Richardson e a partir daí, ao longo do século XIX, intensifica-se a presença de romances em tradução, sendo alguns romancistas bastante recorrentes: Chateaubriand, Defoe, Baculard d'Arnaud, Lesage, Swift. Helme e Roche, as duas autoras de romances lidos por Alencar na infância, aparecem pela primeira vez no levantamento de Gonçalves Rodrigues respectivamente em 1815 e 1823.

O confronto entre as informações bibliográficas disponíveis, incluindo o nome ou iniciais do tradutor, demonstra que, frequentemente, a edição que chegou ao Brasil, ou serviu de base para a tradução para o português, foi exatamente a mesma que

¹⁰ Rodrigues, A. Gonçalves. *A tradução em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. 1.

¹ Trabalho apresentado no NP04 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



circulava nos gabinetes franceses. Esse é o caso, por exemplo, de *L'Italien, ou le confessional des pénitents noirs*, de Anne Radcliffe, ou de *Alberto, ou o deserto de Strathnavern*, de Mrs. Helme. Se é preciso investigar mais a fundo a amplitude dessas traduções culturais e o impacto que a leitura dessas obras traduzidas possa ter produzido nos nossos primeiros romancistas, é certo que, nos seus melhores exemplos, a apropriação brasileira da tradição do romance europeu não se deu como “imitação” ou “reprodução mecânica” mas como “participação nos recursos que se tornaram bens comuns através do estado de dependência, contribuindo para fazer deste uma interdependência”.¹¹

Em meio a essa verdadeira ciranda de romances, a participação dos ficcionistas brasileiros, se começou muito tímida, logo tomou algum fôlego e fez surgir os primeiros tateios numa seara que, tendo já a essa altura alguma tradição na Europa, ainda era novidade num país que também dava seus primeiros passos para se constituir como nação. Dessa forma, logo os precursores e nossos primeiros romancistas prepararam o terreno para a definitiva consolidação do romance no Brasil. Seus modelos europeus, pode-se afirmar, foram tanto aqueles romancistas que a história literária acabou por consagrar como obras populares que, escritas e publicadas com o olho no mercado, equivaleriam hoje ao que chamamos de "best-sellers".

¹¹ Antonio Cândido. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1987, p. 19.

¹ Trabalho apresentado no NP04 – Núcleo de Pesquisa Produção Editorial, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.